

MINERAÇÃO E ESPOLIAÇÃO TERRITORIAL NA BAHIA

Lucas Zenha Antonino¹

Resumo

Entre as terras das populações do campo e dos grupos tradicionais e as rochas e os minerais comerciáveis presentes no subsolo, diversos conflitos territoriais eclodem na América Latina, no Brasil e na Bahia. A mineração é um dos fortes investimentos do Estado brasileiro por meio de todas as instâncias de governo. Na Bahia, o intuito é o de ampliar as atividades devido a “riqueza geológica”, o que tem acarretado um célere crescimento dos processos minerários no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Em um levantamento dos conflitos territoriais de mineração neste estado evidenciamos dezenas de municípios em que há registros de grupos populacionais atingidos por esta atividade. Como procedimento metodológico realizou-se levantamento de informações, diálogos e trabalhos coletivos junto a outros grupos de pesquisa, a órgãos governamentais, instituições não governamentais e junto aos movimentos sociais. Como resultados prévios, apontamos que os conflitos territoriais acontecem em todas as fases dos processos, desde o início da pesquisa, passando pela implantação da atividade, durante a extração, na logística de distribuição e até mesmo após os fechamentos das minas, perpetuando situações conflituosas por décadas. Este artigo é um breve panorama das situações de violações de direitos, espoliações e amputações territoriais que demonstram o *modus operandi* dos territórios-extrativos na Bahia.

Palavras-chave: Mineração; Território, Conflitos.

Introdução:

Entre as terras fundamentais para a reprodução da vida no campo – para as populações e os grupos tradicionais – e as rochas e os minerais comerciáveis presentes no subsolo e que são essenciais à vida moderna, diversos conflitos territoriais eclodem no mundo, na América Latina, no Brasil e na Bahia. Os proveitos e os rejeitos derivados da extração atingem a toda sociedade, porém os processos de territorialização os tornam singulares e contraditórios. Dito de outra maneira, os proveitos e os rejeitos são distribuídos desigualmente pelo território. Os proveitos são, na grande maioria, exportados para países tidos como de Primeiro Mundo. O minério, útil e valioso, do ponto de vista financeiro, não permanece no Brasil. Entretanto, uma parte retorna ao território brasileiro, posteriormente, em forma de produtos após beneficiamentos industriais. Já os rejeitos, partes não vendáveis² e consideradas tóxicas, em muitos casos, permanecem localizados nos territórios extrativos. No contexto desses conflitos, os rejeitos são um dos problemas, já que o uso do território se revela diferenciado, pois as

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia e membro pesquisador do Grupo de Pesquisa GeografAR/UFBA. lucaszenhas@gmail.com

² Os rejeitos podem vir a ser reutilizados com o avanço tecnológico e/ou com a variação dos preços no mercado. Por isso, o que é considerado ou não rejeito é variável, apesar de sempre haver uma parte estéril.

populações do campo e os grupos tradicionais o compreendem como um território abrigo e as empresas mineradoras como um recurso disponível para ser arrancado e comercializado, levando à sua amputação (GUDYNAS, 2009, 2015). A Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2013) define esse atual momento da mineração como uma nova fase da complexa questão agrária brasileira.

O Grupo de Pesquisa GeografAR³, que atua sob o tripé ensino-pesquisa-extensão, debruça-se, historicamente, sobre questões agrárias na Bahia, que envolvem **Fundo de Pasto** (ALCANTARA, 2011); **Territórios Pesqueiros** (ALVES, 2015) e (RIOS, 2012); **Quilombos** (AMORIM; GERMANI, 2005); (SANTOS, J., 2008); (DINIZ, 2007); (SANTOS, T; GERMANI, 2011); **Acampamentos e Assentamentos** (SANTOS, 2005); (FREITAS, 2009); (SANTOS, T., 2010); (MOREIRA, 2015); **Indígenas** (SANTOS JUNIOR, 2013); **Monocultura do eucalipto** (ANDRADE, 2016); inventários de **Barragens** (OLIVEIRA, *et all*, 2009); **Trabalho escravo e as Relações entre poder político e a propriedade da terra** (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2015), entre outros.

Esses estudos revelam que estado da Bahia apresenta uma grande diversidade de formas de acesso à terra por parte das populações do campo e das comunidades tradicionais. Portanto, o uso da terra não é homogêneo e sua territorialização se realiza por todo o estado, conforme o Banco de Dados e o mapa “Formas de Acesso à Terra por Município na Bahia” (GeografAR, 2010). Outro fator agravante é que a grande maioria dos municípios baianos ainda convive com a injusta e histórica concentração de terras brasileira, revelada pelo mapa da “Espacialização da Concentração de Terras na Bahia - Índice de Gini” (GeografAR, 2006)⁴. Portanto, essas são bases científicas que sustentam o conhecimento do espaço agrário baiano.

A atividade da mineração é um dos fortes investimentos do Estado brasileiro, por meio de todas instâncias de governo, articulando escalas de atuações de políticas públicas que convergem para o mesmo objetivo: a produção minerária para o lucro. Na Bahia, o intuito é o de ampliar essas atividades mineradoras devido a sua “riqueza geológica”, o que tem acarretado um célere crescimento desse setor por meio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), cujas concessões de lavra estão

³ GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (POSGEO/UFBA/CNPq). Disponível no site: <https://geografar.ufba.br/>

⁴ Ambos os mapas estão disponíveis na Biblioteca - Acervo Cartográfico do GeografAR. Disponível em <https://geografar.ufba.br/acervo-cartografico>

a todo vapor, além de seguir na liderança nacional de solicitações para autorizações de pesquisas e de prospecções geológicas.

Esse avanço no estado integra o Plano Nacional de Mineração⁵ (PNM – 2030) que é, segundo o próprio relatório, uma ferramenta para nortear as políticas de médio e longo prazo que possam contribuir para que o setor mineral seja um alicerce para o desenvolvimento do País nos próximos vinte anos. Essas estratégias preveem triplicar a produção minerária no Brasil. Somando a esses cenários, documentos do DNPM (BRASIL, 2009) sugerem ao semiárido brasileiro essa atividade, perpetuando imagens deturpadas como a de que a mineração seria uma das únicas saídas viáveis para uma região supostamente de vazio demográfico. Destaca-se que a Bahia é o estado com maior extensão territorial no semiárido.

A fala do ex-diretor-presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), quando afirmou “a fertilidade do semiárido baiano está em seu subsolo” (FERNANDA, 2011), também é um indicativo da postura do governo da Bahia, colocando-a como uma centralidade econômica em detrimento de olhares socioculturais para essa região. Essa situação se repete em inúmeros outros países da América Latina, em que regiões de baixo desenvolvimento econômico e com formação territorial de populações tradicionais são renegadas, inferiorizadas e ficam à mercê de grupos econômicos externos.

Outro exemplo, mais atual, da postura do Governo da Bahia é a do então Secretário de Desenvolvimento Econômico Jaques Wagner, Ex-Governador do estado, que realizou vários depoimentos recentes em prol do setor mineral e da abertura para o capital internacional, além de garantir a viabilidade da infraestrutura para o setor. O secretário defende a elaboração de uma Política da Mineração, que na verdade é um planejamento do aumento das atividades do setor até 2035 nesse estado. Pelas declarações iniciais percebe-se, claramente, um viés economicista⁶.

⁵ O Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM – 2030) é uma ferramenta estratégica para nortear as políticas de médio e longo prazo que possam contribuir para que o setor mineral seja um alicerce para o desenvolvimento sustentável do País nos próximos 20 anos. A publicação do Plano representa uma etapa importante para a formulação de políticas e planejamento do setor mineral. O PNM-2030 foi elaborado pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), do Ministério de Minas e Energia (MME), por orientação do ministro Edison Lobão, que na época criou um Grupo de Trabalho (GT) para discutir as diretrizes que serviriam de base para a elaboração do plano.

<http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/plano-nacional-de-mineracao-2030/pnm-2030>

⁶ Bahia inicia elaboração de Política de Mineração - 12/07/2017. Reunião realizada na sede da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) e disponível em: <http://www.ba.gov.br/2017/07/3506/Bahia-inicia-elaboracao-de-Politica-de-Mineracao.html>

Como elementos teóricos para sustentar esse debate, Harvey (2004) revela como a acumulação por espoliação gera um novo fôlego para o capital, definindo estratégias contemporâneas. O avanço sobre a natureza, reduzida a recurso, é uma forma poderosa de acumulação e vem remodelando-se desde as teorizações da acumulação primitiva do capital, realizadas por Karl Marx. A relação entre terra, camponeses e capital ainda está muito presente na contemporaneidade. Na mineração esse viés vai além, vai ao subsolo em busca dos minerais disponíveis, que, no Brasil, são propriedades pertencentes à União e cedidas para usos e fins privados com a possibilidade de participação de empresas estrangeiras. Em síntese, espoliar os territórios significa privar alguém de algo por meios ilícitos, ilegítimos ou violentos e, assim, o modelo de produção mineral tem sido uma maneira pujante de espoliação.

Gudynas (2015) aponta que existem projetos que se assentam sobre práticas ilegais, como a corrupção para desviar de custos ambientais e obter licenças, assim, se tornando lícitas estratégias de espoliação e amputação de territórios. Existem também as práticas legais, que seriam formalmente legais, mas que buscam sempre os vazios e as limitações das normativas, ou as popularmente conhecidas “brechas na lei”, para se beneficiarem. Casos assim ocorrem para se livrarem de tributações de impostos ou de responsabilidades socioambientais, em que há contaminação e seguidas multas ambientais aplicadas. Dessa forma, o modelo de mineração instituído no Brasil, com a legislação vigente, esbarra em um limitante mercado internacional de *commodities*, que acarreta uma inviabilidade econômica da extração mineral, caso sejam cumpridas todas as exigências dos estudos e dos relatórios socioambientais, com a devida participação da população atingida e com o custeio das empresas referentes à infraestrutura para a efetivação dos projetos. Nesse contexto, todos os instrumentos do Estado voltados para a mineração estão, praticamente, a serviço desse modelo, tornando-o viável, mas também desastroso; priorizando-o em detrimento de outras atividades de interesse nacional, principalmente frente às demandas de reforma agrária.

Nesse processo, as populações do campo e os grupos tradicionais são, frequentemente, subjugados em seus territórios ou até mesmo expulsos deles. No caso específico da mineração, a decisão pela exploração da lavra subjuga e expulsa tanto antes de sua realização – com a população vivendo naquele território não há como minerar e, assim, são realizados os deslocamentos compulsórios –, quanto durante e/ou após o início das atividades, devido às diversas amputações territoriais, que fazem com que aquele espaço não possa mais ser aproveitado para produção agropecuária, extração vegetal ou pesca.

A categoria geográfica território foi operacionalizada para se compreender os conflitos sociais instalados pela atividade mineradora, considerando-se as relações de poder sobre o espaço. Segundo Ruy Moreira (2016, p.214), “os movimentos sociais pedem uma categoria de leitura conjuntural, e essa é o território”, cujas pautas plurais dos sujeitos almejam mudanças imediatas frente ao que está posto.

Etimologicamente, território – *territorium* em latim – é relacionado ao vocábulo terra, e era empregada pelo sistema jurídico romano chamado de *jus terrendi*, como “pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa” (COSTA, 2001, p.43). Também pode-se relacionar ao *terreo-territor* como sendo a dominação da terra por formas violentas baseadas no terror e no medo (COSTA, 2005).

Jean Gottman (1975) foi o primeiro a explorar a ideia de território como abrigo, situações estabilizadoras de componentes identitários contrapondo-o ao território como recurso, cuja circulação é a abertura deste para o mundo. Milton Santos (2007, p.14) complementa essa ideia afirmando que “o território usado é o chão mais a identidade”. Para o autor, ele não é um conceito em si, pois só se torna um conceito utilizável para a análise social quando é considerado “a partir do seu uso, do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2004, p. 22). Santos (2007) ainda complementa que o território usado é visto como uma totalidade e campo privilegiado para a análise, pois de um lado, mostra a estrutura global da sociedade e, de outro, a sua própria complexidade. O território revela o drama da nação e suas contradições mais latentes. Milton Santos é enfático ao dizer que a desordem do Brasil é visível a partir do território (1994).

Como procedimento metodológico, foram desenvolvidos diálogos e trabalhos coletivos junto a outros grupos de pesquisa acadêmicos, a órgãos governamentais, a instituições não governamentais e aos movimentos sociais nacionais e locais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT); a Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR); o Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada (IRPAA); o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); o Ministério Público Estadual da Bahia (MPE), entre outros. Todos os conflitos territoriais provenientes de projetos de mineração na Bahia foram levantados por meio desses debates com essas entidades e nos encontros de atingidos pela mineração no estado (2013 / 2016), organizados pela CPT, bem como por meio do banco de dados do, já histórico, Caderno de Conflitos no Campo dessa mesma entidade, aliados às variadas atividades de campo realizadas.

Breve histórico: Mineração e Conflitos territoriais na Bahia

Abordar os conflitos envolvendo explorações minerais na Bahia nos direciona, evidentemente, ao início da colonização portuguesa e espanhola na América e aos massacres indígenas que habitavam estes territórios. A busca por metais preciosos, visando enriquecimento rápido, se intensificou depois das descobertas e das extrações da prata nas Serras de Potosí (1545), atual Bolívia, pelos espanhóis. Esse foi um dos primeiros marcos que evidenciou ao mundo colonizador as abundâncias minerais do chamado Novo Mundo e, a partir deste fato, rapidamente despertou-se o interesse nos ibéricos para a busca por novas fontes. “Em Potosí a prata levantou templos e palácios, mosteiros e cassinos, foi motivo de tragédia e de festa, derramou sangue e vinho, incendiou a cobiça e gerou desperdício e aventura” (GALEANO, p. 38, 2008). Uma senhora potosina citada por Galeano (p.51, 2008), resume a distribuição dos proveitos e dos rejeitos da mineração e, para tal, explora a relação escalar: “A cidade que mais deu ao mundo é a que menos tem”.

No território colonial pertencente a Portugal, situado a leste da linha de Tordesilhas, a busca por prata e outros metais se acentuou, adentrou-se o continente, desbravou-se matas, abriu-se estradas nos territórios então indígenas, o que impulsionou os primeiros conflitos territoriais referentes à mineração. Não obstante, é importante lembrar que as expedições das Bandeiras⁷ contavam com, além de soldados, padres e outras pessoas, também com auxílios dos próprios índios aprisionados que serviam de guias, uma vez que conheciam o território e suas formas de sobrevivência, considerados hostis para os europeus. Essa interiorização levou às descobertas de ouro em Minas Gerais (1698), que ocasionou uma elevação dos preços de escravos e o abandono de práticas agrícolas (VASCONCELOS, 1997).

Desde as primeiras incursões pelas serras de Jacobina (1570), situadas na Bahia, várias outras se seguiram nessa tarefa de encontrar os metais preciosos. A resistência indígena foi muito grande, mas é menos relatada historicamente. No entanto, a bravura dos índios Payayás foi descrita como forte barreira para se adentrar no sertão e várias expedições foram arrasadas pelos nativos. As esperadas minas de prata, que na verdade eram de ouro, foram anunciadas

⁷ Entradas e bandeiras foram os nomes dados às expedições pelo interior do continente pelos colonizadores portugueses. Eram consideradas empresas militares. As primeiras foram financiadas por particulares, já as segundas foram realizações da Coroa Portuguesa. Eram viagens que duravam meses e até anos, contavam com centenas e até milhares de pessoas, a maioria sendo de indígenas escravizados. As Bandeiras levavam, à frente do grupo e estendida, uma bandeira com o brasão do respectivo conquistador/invasor. A violência empregada nas conquistas e as lendas das Bandeiras paulistas fizeram fama. Nomes de responsáveis por estes genocídios étnicos perpetuam estampados nas ruas e nas praças da capital paulista ainda hoje.

oficialmente na Bahia apenas em 1701, colocando Jacobina como uma das mais importantes vilas mineiras do Brasil ao longo de todo século XVIII (CARVALHO, 2017). Minas Gerais, alguns anos antes, já havia anunciado e começado sua exploração.

A Bahia, desde Salvador, passando por Cachoeira e seguindo o Rio Paraguaçu em direção ao Rio São Francisco serviu de entrepostos e rotas para responsáveis pela entrada de mercadorias para os sertões mineradores. O escoamento do minério também foi feito por essas rotas, uma vez que a sede do governo-geral da colônia localizava-se na Bahia. O adensamento populacional era crescente a cada ano nos sertões baianos das minas, chegando a ser objeto de preocupações da Coroa, que proibiu a vinda de mais portugueses para o Brasil (SALES, 1955). Celso Furtado (2001) faz uma comparação populacional entre os períodos de 1600 até o final de 1700 e chega a números que vão de 30 mil para, aproximadamente, 300 mil pessoas neste intervalo. Este contingente permite se ter uma ideia das transformações ocorridas nesse período da busca pelo ouro e de sua exploração, além das primeiras amputações territoriais ocorridas, uma vez que não existia qualquer preocupação socioambiental na época e os massacres aos indígenas era a regra empregada oficialmente. Herberto Sales (1955) cita Teodoro Sampaio (1905) sobre o início das devastações realizadas por garimpeiros nas descobertas minerais na Chapada Diamantina e ao longo do Rio São Francisco.

Com o ouro sendo explorado por mais de 100 anos, seu declínio chegou devido há vários fatores, entre eles a exploração na África do Sul, as técnicas rudimentares que não eram mais adequadas e a não descoberta de novos aluviões auríferos. Assim, a descoberta de diamantes reavivou certas regiões brasileiras. Os primeiros descobrimentos na Bahia datam do início da década de 1840 nas cabeceiras do Rio de Contas, na Chapada Diamantina, porém relatos de viajantes alemães - Spix e Martius durante 1817 e 1818 – descreviam sua natureza francamente diamantífera. Todos esses fatores fizeram reascender a corrida por pedras preciosas. As primeiras minas exploradas se deram na porção ocidental e depois na porção oriental no Rio Mucugê, Xique-Xique, Andaraí, Lençóis, entre outras localidades, até fechar o círculo do Morro do Chapéu, na região que tomaria o nome de Chapada Diamantina. “Desentranhar do subsolo os diamantes cobijados” (SALES, 1955, p,4) era o objetivo de vida de milhares de garimpeiros, ainda mais atrás desta pedra indomável e de dureza 10 na escala máxima de Mohs e de alta combustibilidade. As situações dos garimpeiros eram, e isso perpetua-se em grande parte na atualidade, de completa ausência de práticas de segurança do trabalho. Sales (1955) relata que o garimpeiro, talvez, seja o mais desfavorecido de todos os trabalhadores brasileiros.

Seu estado de desproteção é tanto mais melancólico quanto ele. Tem por base de trabalho a caça do mineral que não é só o símbolo da prosperidade e do sonho, mas também de tragédias na busca por um suposto enriquecimento fácil.

Os Carbonados são variações do diamante e são conhecidos desde a década de 1840, quando começaram a ser lavrados nos depósitos aluvionares da Chapada Diamantina, Bahia (LEONARDOS, 1937, *apud* CHAVES; BRANDÃO, 2004). Nas décadas seguintes, seu interesse econômico fez com que, por diversas vezes, sua produção significasse 60-70% de toda a produção brasileira de diamantes. O carbonado foi o grande impulsionador das lavras diamantinas por volta de 1860, quando convergiram todas as atenções do comércio mundial de pedras preciosas. Pela primeira vez no mundo foi explorada essa variação, utilizada especificamente na área industrial e nas produções em massa de armas bélicas na segunda guerra mundial além da abertura e construção do Canal do Panamá. Chegaram a cunhar o *slogan* “ganhará a guerra quem tiver mais diamantes” (SALES, 1955).

Até 1930 várias empresas estrangeiras chegaram a esta região da Bahia em busca de diamantes. Um dos maiores problemas da exploração do diamante, segundo Sales (1955, p.11), “tem sido o contrabando, tão danoso à economia nacional”. Essa prática tornou-se comum, uma vez que o que mais favorecia os “descaminhos” do ouro e do diamante era a geografia das Serras de Jacobina, sendo quase impossível para a Coroa portuguesa coibir a fuga à cobrança do imposto real. A eficiência de legislações é muito relativa porque é exercida, sobretudo, no sentido de reprimir o contrabando de uma mercadoria por natureza contrabandeável (SALES, p.13, 1955).

Assim, as primeiras buscas e explorações de minérios no continente americano ocorreram para fins, exclusivamente, externos, neste caso, rumo aos colonizadores europeus. A extração mineral da América latina foi historicamente efetivada com atroz violência e com interesses que nada condiziam ao modo de vida dos nativos. Portanto, ações verticais, provenientes da escala global, já eram praticadas desde o século XVI na América Latina, provocando a gênese das amputações territoriais.

A atualidade da mineração e dos conflitos territoriais na Bahia

Os estados do Pará e de Minas Gerais são os líderes na extração mineral do Brasil contemporâneo e, logo, lideram os casos de conflitos territoriais associados a essa atividade. Fazendo uma correlação entre os conflitos e os tipos de minérios extraídos nesses dois estados, predomina a extração de ferro como a mais conflituosa. O estado da Bahia vem logo na sequência e registra conflitos territoriais associados à extração mineral, principalmente do amianto, do chumbo, do ferro e do urânio (FIOCRUZ, 2009).

Os danos referentes à saúde na atividade de extração mineral são dos mais diversos. Dependem das propriedades dos diferentes tipos encontrados e seus beneficiamentos posteriores. O amianto podendo causar câncer de pulmão, o chumbo deformações congênitas, entre outros. Trabalhadores são expostos a “doenças pulmonares diversas e, quando instalados garimpos e grandes projetos mineradores quase sempre vem acompanhados de doenças transmissíveis pela água, o fator do alcoolismo, o aumento da violência, etc”. (MILANEZ, SCOTTO, *et all*, 2013, p.176).

Como resultados prévios no levantamento de informações sobre conflitos territoriais na Bahia, apontamos que parte desses conflitos acontece em territórios onde a extração mineral já foi encerrada, porém problemas da ordem do cotidiano ainda estão associados à essa exploração. A extração e o processamento de minério de chumbo nos municípios de **Boquira e Santo Amaro da Purificação** trouxeram graves consequências a saúde da população. Caso de grande repercussão e já bastante investigado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento científico desde os anos de 1960⁸. O médico e professor da UFBA, Fernando Martins Carvalho é uma referência e possui dezenas de produções científicas a respeito do tema, orientando pesquisas no Departamento de Medicina Preventiva e no mestrado do Programa de Saúde Coletiva, Ambiente e Trabalho da UFBA. Esse conflito também diz respeito à contaminação do solo, do ar, da água, da vegetação e plantações, dos animais e da população. Processamentos industriais poluíram o ar, alimentos também foram contaminados e ainda houve a equivocada escolha de usar o rejeito na pavimentação das ruas de Santo Amaro, cujos

8 Explorado pela Companhia Brasileira de Chumbo (Cobrac), ex-subsidiária da empresa Penarroya Oxide S.A, do grupo Metaleurop, e atualmente parte do grupo Trevo. Entidades internacionais de promoção dos direitos humanos, como a Plataforma DhESCA Brasil têm acompanhado o caso, em conjunto com universidades. Capital Frances?

materiais tóxicos foram doados pela empresa para a prefeitura. Nesse cenário, crianças brincavam com rejeito tóxico como se estivessem manuseando uma terra no jardim.

No entendimento do Ministério Público Federal (MPF, 2014, n.p), “a União e a Funasa são corresponsáveis pelos danos, já que foram omissas em relação aos problemas de saúde que acometeram 80% dos habitantes de Santo Amaro na época e, principalmente, os extrabalhadores da mineradora”. Diversos exemplos de trabalhadores em leitos hospitalares ou em casas adaptadas como enfermarias agonizaram durante anos. Mulheres que lavavam as roupas de seus maridos recheados com o pó do minério foram contaminadas. Centenas de mortes, além de danos à saúde que estão relacionados à desnutrição, atacando sistema nervoso, rins, causando anemia, impotência e perda memória. Em suma, uma piora na qualidade de vida, além da recusa do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) em reconhecer tais doenças decorrentes dessa contaminação e, assim, não proceder com benefícios previdenciários às pessoas atingidas. Os acordos e as indenizações financeiras estipuladas foram pífias ou irrisórias, e mesmo qualquer quantia não traria a saúde e a vida de volta. Trabalhadores que ainda estão vivos e economicamente ativos sofrem com o estigma de ter uma carteira profissional assinada pela empresa, cujo atestado de eterno “contaminado” também é carimbado e prejudica a contratação por outras empresas.

Os territórios extrativos de Boquira foram acometidos à disposição dos rejeitos da lavra de minério de chumbo (contendo zinco, cádmio, arsênio, prata, chumbo e outros metais). Desenvolvida por mais de três décadas essa atividade colocou em risco os mananciais e os solos da região, atingindo diversas populações ao redor. O minério foi usado pela Plumbum Mineração e Metalurgia Ltda. para produzir ligas de chumbo. Era extraído em Boquira e transportado para o município baiano de Santo Amaro, cujos rejeitos também impactaram o território desse município que não era de onde se extraía. Casos como esse colocam em relevo o questionamento referente ao fato de apenas os municípios “produtores” receberem a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM).

Santo Amaro aprendeu “cedo” pela dor e pela morte a necessidade de uma preocupação com a saúde dos seus moradores e com a natureza, segundo relatos dos representantes da Associação das Vítimas da Contaminação por Chumbo (AVICCA). A palavra “sustentabilidade”, tão proferida na atualidade por empresas e governos, chegou a Santo Amaro do modo mais perverso, justamente em uma cidade, ironicamente, com o nome de Purificação. Tornou-se um exemplo do ideário de um capital voraz e ávido por leis flexíveis para práticas

econômicas que ignoram o cuidado com os recursos naturais de toda sociedade (AVICCA, 2013).

Já o antigo distrito de **Bom Jesus da Serra**, hoje emancipado, teve exploração da crisotila para produção do amianto por quase 30 anos e é outro exemplo histórico de violência extrema com a natureza, com os trabalhadores e com a população residente, expostos aos riscos de inalação desse pó mineral após sua extração. A Sociedade Anônima Mineração de Amianto (Sama), que pertencia à francesa Saint-Gobain e hoje é controlada pelo Grupo Eternit⁹, extraiu na jazida “São Félix do Amianto”, na época, entre 1940 e 1968, município de Poções. Ao encerrar a lavra, a empresa deixou uma amputação territorial de grandes proporções, não procedendo no fechamento adequado da mina segundo as normas específicas. Técnicos do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (Cesat) e do Centro de Recursos Ambientais (CRA) recomendaram a recuperação da área no inquérito civil aberto pelo Ministério Público de Poções por iniciativa da Associação Bonjesuense de Expostos ao Amianto (Abea). Além da enorme cratera aberta e cheia de água contaminada e com livre acesso à população e aos animais, parte da população da região convive com doenças como câncer de pulmão, em função do prolongado contato com o pó do amianto. A empresa abandonou o território sem tomar qualquer precaução com o rejeito, ocasionando mais contaminações posteriormente.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF/BA) e o Ministério Público do Estado da Bahia (MP/BA), não se sabe exatamente quantas pessoas foram atingidas e que desenvolveram doenças relacionadas à exposição ao amianto. O certo é que dezenas de trabalhadores morreram durante e após as atividades de extração e, atualmente, outras dezenas de pessoas apresentam enfermidades vinculadas a ela. Também conhecido como asbesto, o amianto é uma substância extraída de rochas compostas de silicatos hidratados de magnésio, altamente cancerígena. Segundo a Organização Mundial de Saúde¹⁰, não existe limite seguro para exposição humana ao minério, que é altamente utilizado em produtos como caixas d'água, telhas onduladas, tubulações, discos de embreagens, mangueiras e papelões.

Vários países já baniram a extração e a comercialização dessa substância que, não à toa, ganhou o apelido de “pó da morte”. No Brasil, a questão é ainda obscura. Atualmente, tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação seu banimento. A maior instância judicial do

⁹ Eternit: <http://www.eternit.com.br/sobre-a-eternit/grupo>

¹⁰ Possuem posições semelhantes a Agência Internacional para a Pesquisa do Câncer (IARC), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica, o INSERM, da França, além do Instituto Nacional de Saúde Ocupacional (NIOSH-EUA) e, também, a da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Instituto Nacional do Câncer (Inca), no Brasil.

país já considerou, de forma muito convicta, que todo tipo de amianto, em função da lesividade ao ser humano, não se compatibiliza com uma questão maior que está garantida na Constituição, que é o direito à saúde e à vida. Novos capítulos desta briga jurídica estão por vir.

Um *lobby* pesado é realizado pela indústria da crisotila, que tenta, de todas as formas, garantir a ideia de uso seguro dessa extração e de seu beneficiamento. Milhões de dólares envolvidos, interesses comerciais internacionais entrelaçados, disputas científicas, em que concorrentes tentam provar quais pesquisas possuem mais coerência. Entretanto, os casos claros de mortes, de doenças e de sofrimentos não podem ser varridos para debaixo do tapete, sob a venda de uma imagem de segurança e de uma suposta desconexão dos problemas graves de saúde com o processo de mineração. Essas manobras desmancham-se em hipocrisia e em ganância econômica, visto que o banimento deste mineral já ocorreu em mais de 70 países, o que também deve ser considerado.

Uma grande referência no assunto, no Brasil e internacionalmente, é Fernanda Giannasi, engenheira civil, auditora-fiscal do Trabalho aposentada pelo Ministério do Trabalho e Fundadora Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto e coordenadora da Rede Virtual-Cidadã pelo Banimento do Amianto na América Latina. A defensora do banimento do amianto é vítima de calúnias, de processos na justiça e de ameaças. Sofreu fortes pressões para ser retirada das fiscalizações à época em que trabalhava como servidora pública. Em evento na OMS, em 2011, o consultor ambiental Barry Castleman (EUA), disse não conhecer país no mundo onde uma servidora pública e ativista sofre esse tipo de pressão como no caso da Fernanda Giannasi. No Brasil, lutar por direitos humanos, que inclui saúde e proteção da natureza, costuma ser uma atividade de risco. Em entrevista para a revista Radis (2012), Fernanda Giannasi declara: “Bom Jesus da Serra sofreu um dos crimes corporativos mais predatórios do mundo, perpetrado pela indústria do amianto”

Outra pesquisadora da UFBA, Cláudia D’Arede (2009), pesquisou e escreveu sobre os trabalhadores e sobre as viúvas do amianto do caso de Bom Jesus da Serra. Não havia cuidados específicos para garantir a saúde dos trabalhadores, das crianças, dos adolescentes e das mulheres que extraíam a mão o amianto das rochas descartadas pela usina. Muitas das manifestações de doenças começaram a aparecer posteriormente aos trabalhadores se aposentarem, visto que a latência da doença pode variar por décadas. Marcela Muniz (2011), pesquisadora da Fiocruz, também levantou diversas informações e contestações sobre essa exploração mineral.

Dando continuidade a outros casos da Bahia que apontamos o exemplo também bastante conhecido da exploração de urânio em **Caetité**, com conflitos históricos de radiação nuclear em poços artesianos, nas plantações e nos territórios dos povoados situados nas proximidades da mina das Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Denúncias apontam que mais de quatorze comunidades em Caetité e **Lagoa Real**, município vizinho, como o Quilombo de Antas Velhas (quilombola) e a Comunidade de Araticum como sendo altamente expostas a essa calamidade. Vazamentos de licor de urânio, transbordamentos de rejeitos tóxicos contaminando o solo e os lençóis freáticos, rompimento em uma das mantas da bacia de licor, vazamentos dos tanques de lixiviação, contaminação em poços localizados a 20 km da área da mineração, rompimento de tubulação, entre outros impactos foram denunciados e constam no Relatório da Missão Caetité de Direito Humano ao Meio Ambiente: Violações de Direitos Humanos no Ciclo do Nuclear (2011¹¹). Para além desses fatores, somam-se a falta de informações anteriores a extração sobre a incidência de doenças cancerígenas; uma ausência completa de uma política de comunicação com as populações do campo e os grupos tradicionais; o uso de pesquisas científicas manipuladas ou tendenciosas alegando não poderem concluir sobre a nocividade das atividades da empresa; além da ausência de unidades hospitalares especializadas em oncologia em Caetité.

Segundo Silva (2015), verifica-se em Caetité um cenário de desinformação e de incertezas quanto aos riscos e impactos potencialmente atribuídos às atividades de mineração e ao beneficiamento de urânio, que atingem, basicamente, trabalhadores da mina e as populações do campo e os grupos tradicionais vizinhas. O autor completa que qualquer discussão que envolva exposição a radiações ionizantes e riscos à saúde possui uma margem considerável de incertezas relacionadas. Outra questão que merece destaque é a potencial contaminação de longo prazo após o fechamento de minas de urânio. Grande parte da radioatividade, cerca de 85%, permanece nos rejeitos gerados (LOTTERMOSER, 2010 *apud* SILVA, 2015). Durante pesquisa em campo, plantações de maracujá, entre outros produtos, foram facilmente visualizados em terras bem próximas a pilhas de rejeito da usina.

Doze recomendações foram feitas ao final do Relatório da Missão Caetité (2011), nas quais se destaca a segurança da água fornecida para a população e para dessedentação de animais e para a agricultura familiar; o monitoramento da saúde dos trabalhadores da INB e da população vizinha; a proteção do meio ambiente como um todo; a reparação por danos materiais

¹¹ Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/499_Dhesca_Brasil_-_Missao_Caetite_-_Meio_Ambiente_-_2011.pdf acessado em 02/04/2014.

e imateriais aos atingidos e mais transparências referentes ao acesso à justiça são imprescindíveis. Portanto, escala global e local se conectam neste processo, embora as amputações territoriais e os problemas graves de saúde estejam estabelecidos no território de onde foram extraídos.

De acordo com a lei nacional 4.118/1962, as atividades de mineração, produção e comércio de materiais radioativos no País são de monopólio do Estado brasileiro. Entretanto, parte do beneficiamento do urânio é feita na França e, posteriormente, retorna a Resende (RJ) para uma parte do processo de enriquecimento para, então, ser enviado para as usinas termonucleares Angra 1 e Angra 2, ambas no estado do Rio de Janeiro. Esse é um resumo da trajetória desse mineral até ser utilizado para geração de energia, um percurso que deixa severas amputações nos territórios de Caetité, expõem muitas famílias a situações vulneráveis em termos de saúde, além de seu uso ser polêmico e já banido em alguns países.

Denúncias de corrupção também estão entre os problemas do ramo mineral, uma vez que atingem cifras nas casas dos bilhões de dólares, conforme denúncias polêmicas apontadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. Perseguições e interesses internacionais também estão por trás da prisão do almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, considerado o pai do Programa Nuclear brasileiro, o que revela uma trama complexa ainda maior neste setor estratégico. O Brasil precisa participar desta corrida nuclear “estratégica”? Para alguns pesquisadores, mesmo os críticos a esse processo, esse é um jogo geopolítico importante, porém há um custo financeiro muito elevado e prejudicial à população atingida.

Por outro lado, denúncias apontam que há conflitos territoriais já na primeira fase da mineração, que se caracteriza pela pesquisa mineral com objetivos de avaliar as características geológicas e as condições econômicas de um determinado território. Abertura de novas estradas e buracos sem nenhum tipo prévio de aviso ou de diálogo com as populações residentes, bem como as constantes elevações de poeiras que acabam obrigando pessoas e animais a buscarem outros espaços para plantio e sobrevivência já são registrados em diversas partes do estado da Bahia, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2009).

Nesse mesmo município de Caetité, porém ao sul e na divisa com **Pindaí**, está em implantação um grande empreendimento mineral chamado de Projeto Pedra de Ferro¹², articulado a um complexo ferroviário (Ferrovia Oeste-Leste) e dependente dele e do porto de

¹² Propriedade da empresa Bahia Mineração Ltda. (Bamin), pertencente à Eurasian Natural Resource Corporation, grupo do Cazaquistão e da Índia. Projeto avaliado no valor de quase 2 bilhões de dólares.

Ilhéus, ambos ainda em construção e com bastante polêmica, devido aos conflitos territoriais. Desenvolvidos pela empresa Bahia Mineração, este empreendimento brasileiro pertencente à mineradora *Eurasian Natural Resources Corporaation* (ENRC), com sede no Cazaquistão. Recursos chineses também estão em negociação. Em Caetité foram registradas seis comunidades que já vivenciam conflitos por água e em Pindaí somam-se 10 comunidades, segundo relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2014). Esses conflitos registrados referem-se ao uso e apropriação particular da água pelas mineradoras, dificultando o acesso à água por parte das populações do campo e dos grupos tradicionais.

A luta dessas comunidades vai além, querem impedir a construção da barragem de rejeito que a empresa necessita e que está planejado para ser sobre as nascentes do riacho Pedra de Ferro, local de fundamental importância para garantir o abastecimento de água da região de Caetité e Pindaí, além poderem conviver com as futuras e constantes ameaças de rompimento deste empreendimento. O processo de licenciamento, segundo a CPT, foi conturbado e não levou em apreço o posicionamento dos moradores, que no momento das audiências públicas externaram que não concordavam. Os territórios das comunidades de Anta Velha e Palmitos já foram impactados pelo início da obra, mas ainda não tiveram a totalidade de suas famílias reassentadas. Algumas famílias já foram deslocadas e não estão satisfeitas com a qualidade de vida em novo local de moradia, apontando a dificuldade do cultivo da terra e, assim, a ameaça à garantia de seus sustentos.

Em Pindaí, foi realizada a primeira Assembleia Popular da Mineração na Bahia (MAM) em maio de 2017, no distrito de Guirapá. Durante o evento, populações do campo e grupos tradicionais apontaram as reivindicações, os desafios e os próximos passos na luta pela soberania popular em relação à extração e ao uso do minério. Entre as denúncias apontadas está a de que o modelo de mineração planejado para os municípios se constitui numa lógica predatória de saque dos minérios e da água, que não traz benefícios sociais, ambientais e econômicos para as comunidades locais. Além disso, destaca-se que o processo de implantação do território extrativo mineral tem acontecido sem a participação dos principais interessados: as populações que são diretamente impactadas pelo Projeto¹³.

Outro projeto polêmico, também nessa região, é o da construção de um mineroduto Minas/Bahia. Esse empreendimento, da empresa Sul Americana de Metais (SAM) prevê

¹³ Carta da Assembleia Popular disponível <http://mamnacional.org.br/2017/06/05/ba-carta-de-assembleia-popular-aponta-proximos-passos-na-luta-pela-soberania-popular-na-mineracao/> acessado em 06/08/2017.

interligar o município de Grão Mogol (MG), local de extração do minério de ferro que, ao ser transformado em polpa, será transportado pelo mineroduto de 482 km de extensão para exportação via Porto Sul, em **Ilhéus** (BA). Tal projeto¹⁴ irá atravessar 09 municípios mineiros e 12 baianos. Pareceres contrários a instalações de mineroduto entre o estado de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Janeiro foram desenvolvidos por Andréa Zhouri (UFMG), além de diversos outros estudos sobre essa temática demonstrarem que esses empreendimentos “rasgam” os territórios para propiciar a logísticas e a redução de custos das mineradoras e são extremamente prejudiciais à natureza e às populações atingidas (GESTA, 2014; SPERLING, 2016). Uma reportagem especial do Jornal O Tempo (2014¹⁵) também identificou os enormes enfrentamentos na implantação de um mineroduto que liga Minas Gerais ao Rio de Janeiro, com 525 quilômetros de um rastro de insatisfação, violações de direitos e amputações territoriais.

Já na região centro norte do estado da Bahia, em **Jaguarari**, registra-se a mina de cobre da Caraíba Metais, quase exaurida ao longo dos 43 anos de atividade mineral, em um município ainda marcado pela desigualdade socioespacial. Jaguarari foi líder em arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) na Bahia no ano de 2015 e, portanto, trata-se de um município que existe uma grande extração mineral – a de cobre – cuja empresa responsável é a Caraíba Metais em duas minas – Suçuarana a céu aberto e a Unidade matriz/Pilar que é subterrânea – local também onde a empresa realiza seu beneficiamento inicial do minério extraído. Há indícios de que essas reservas estão em fase final de extração e um dos planejamentos é avançar em direção ao município vizinho de Curaçá para aproveitamento de toda infraestrutura já montada. O Brasil, com poucas reservas minerais de cobre, é dependente da importação do minério proveniente do Chile e que também vivencia conflitos no norte do país.

A população do campo de Jaguarari tem a vida econômica ligada à agropecuária, com forte presença da caprinocultura, como apontam as formas de acesso à terra, com mais de vinte comunidades de Fundo de Pasto. Documentos e pesquisas já apontaram questões socioambientais envolvendo um desastre-crime com rejeitos de cobre jorrados na Caatinga e

¹⁴ Projeto Vale do Rio Pardo, Grão Mogol – MG. A Sul Americana de Metais (empresa do Grupo Votorantim) irá extrair minério de ferro onde será instalada uma usina de beneficiamento para concentração e enriquecimento do teor de ferro. Após ser transformado em polpa, com 70% do minério e 30% de água, o produto será enviado, por meio da rede do mineroduto de 482 km de extensão, para exportação via o Porto Sul, em Ilhéus – BA.

¹⁵ Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/especial-mineroduto/> acessado em 16/09/2016.

outras denúncias realizadas ao Ministério Público Estadual sobre violações de direitos humanos também já foram notificadas (CETEM (?)). Exemplo de mais de quatro décadas de exploração, cujas receitas e lucros oriundos desta atividade não trouxeram o tal desenvolvimento prometido e sonhado para a região.

Em **Curaçá**, também há dezenas de comunidades de Fundo de Pasto, Comunidades Quilombolas e Pescadores, uma vez que se situa a beira do Rio São Francisco, e com fortes indícios das terras serem devolutas em quase toda extensão municipal. A atividade minerária em Curaçá já existe – mármore e cobre –, porém está para ganhar proporções alarmantes em um futuro próximo, conforme mapeamentos do DNPM (2016). O estado de alerta na população já foi iniciado. Embora ainda de forma tímida, algumas reuniões e mobilizações para tentar anteceder qualquer grande atividade minerária e seus respectivos problemas foram iniciadas pela Igreja Católica local em um Fórum de Entidades de Curaçá.

No ano de 2015, o município figurou em segundo lugar na lista com maior número de processos de Requerimento de pesquisa na Bahia – somando 149 novos processos no DNPM. Segundo estimativas quantitativas, 83% do território já está mapeado com algum tipo de processo em andamento e diversos estão nas margens do Rio São Francisco. Alguns conflitos minerários já foram relatados em Curaçá, mesmo na fase inicial de pesquisa e de prospecções geológicas. O total de processos em andamento somam-se 491. Sendo 19 substâncias pesquisadas, nas quais o Granito, o Mármore, o Cobre, o Ferro e o Fosfato representam 90% dessa totalidade (446 processos). Os Requerimentos de Autorização de Pesquisa são os que dominam atualmente, totalizando 427 casos (87%), indicando o potencial minerário e o efervescente pulsante da extração nesses territórios que podem vivenciar futuras amputações e perpetuações da pobreza, apesar da “riqueza” mineral indicada.

Em **Campo Formoso**, limítrofe a Jaguarari na porção oeste, as extrações de calcário, cromita e ferro duelam com riquezas arqueológicas subterrâneas e as populações nas superfícies em condições muito precárias. A concentração de terras no município é, historicamente, alta. Campo Formoso é o 8º em arrecadação da CFEM (2015) e possui uma grande extensão territorial. Há atuações de empresas de mineração que buscam a Cromita, o Ferro e o Calcário na região. Existe uma grande presença da empresa Companhia de Ferro Ligas da Bahia (Ferbasa) e, mais recentemente, da Cimpor/InterCement (Grupo Camargo Corrêa) na exploração do calcário. Campo Formoso possui um conjunto de cavernas que é considerado o maior do continente sul-americano – um vasto patrimônio espeleológico e arqueológico que se

localiza no subsolo da região da Comunidade Quilombola de Laje dos Negros e que já possui 100 km mapeados e que há algumas denúncias de crimes a esse patrimônio. No ano de 2015, Campo Formoso figurou no topo da lista de municípios baianos com maior número de processos de Requerimento de pesquisa mineral, totalizando 188 novos processos. População do campo contando com mais de vinte Quilombos e outras dezenas de Fundo de Pastos e assentamentos convivem com grandes problemas sociais envolvendo falta de acesso à água, meios de transportes e estradas precárias para escoamento de produtos e deslocamento de pessoas, projetos de geração de renda, além de condições de moradias e hidrosanitárias bastante precárias.

A Comunidade de Limoeiro é um dos exemplos de atingidos pela Ferbasa. Relatos da comunidade apontam que os moradores chegaram antes da mineração. Atualmente, a empresa leva “presentes” nas datas comemorativas do povoado, mas lideranças sabem de que não se trata de doação. Possuem uma Associação forte, o que faz a empresa respeitar, até certo ponto, as opiniões da comunidade. Alguns familiares que trabalham na empresa ficam receosos e não denunciam algumas práticas ilegais ocorridas. Já na Comunidade de Baixão, o conflito envolve a Empresa Intersement/CIMPOR (antiga SISAFRA). Nesse território, são comuns casas que apresentam rachaduras. A empresa alega que já as moradias já eram precárias anteriormente e, por isso, racharam. Tanto a recém-construção da Igreja Evangélica, com uma forte estrutura, quanto a obra realizada por um engenheiro da própria empresa, a sede comunitária da Associação, também apresentam rachaduras, o que contradiz as alegações da empresa. Há surgimentos de casos de câncer de pulmão no município como um todo, o que tem crescido, além de aproximadamente 60 pessoas por mês chegarem aos hospitais e aos postos de saúde com problemas respiratórios. A empresa alega não ver correlação e não ter culpa. Outros problemas se referem à fábrica de cimento, localizada na entrada da cidade e bem próximas a bairros, em que audiências públicas realizadas na Câmara Municipal não foram suficientes para solucionar a questão.

O município de **Senhor do Bonfim** também registra denúncias de negação ao acesso à água de uma barragem que, atualmente, está em posse de uma mineradora. Ocorreu uma detenção de um trabalhador do campo que foi buscar água na referida barragem. Esse caso foi acompanhado pela Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais - AATR/Bahia. No município de Jacobina, além da histórica exploração de ouro, hoje realizada com métodos mais modernos pela empresa Yamana Gold, também há conflito por água, já que a empresa

opera a maior barragem de rejeito do estado, localizada à montante da sede municipal. Em **Campo Alegre dos Lourdes**, na divisa com o Piauí, há a intensificação da mineração e, conseqüentemente, há a instalação de conflitos com Quilombolas e comunidades de Fundo de Pasto. Algumas das residências estão localizadas a menos de 300 metros da planta da empresa.

Considerações Finais

O levantamento de conflitos territoriais de mineração evidenciou, em dezembro de 2016, um total de, aproximadamente, 50 municípios na Bahia em que há registros de grupos sociais atingidos por esta atividade. Além dos casos abordados neste artigo, acrescenta-se os municípios Andorinhas, Barra do Mendes, Barrocas, Brumado, Cansação, Cordeiro, Gentil do Ouro, Irecê, Juazeiro, Lapão, Licínio de Almeida, Maracás, Miguel Calmon, Monte Santo, Nordestina, Oliveiras dos Brejinhos, Piripá, Rui Barbosa, Simões Filho, Xique, entre outros, que compõem essa imensa lista da violência, com amputações e espoliações territoriais. Esse breve panorama demonstra o *modus operandi* dos territórios extrativos na Bahia, sobrepondo os territórios abrigos, lugar de morada e sobrevivência da população do campo e dos grupos tradicionais. Os territórios extrativos contam com forte apoio estatal, suplantado por um modelo de desenvolvimento econômico predatório, seletivo e violento.

Referências Bibliográficas

AVICCA, Associação das vítimas da contaminação por chumbo cádmio mercúrio e outros elementos químicos. A CONTAMINAÇÃO DE CHUMBO EM SANTO AMARO 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FsIj87ISa-k> acessado em 11/06/2017

BRASIL, Ministério de Minas e Energia; Departamento Nacional de Produção Mineral. MINERAÇÃO NO SEMIÁRIDO. Brasília - DF, 2009.

CARVALHO, Fabio Oliveira de. MARCOS HISTÓRICOS DA COLONIZAÇÃO DE JACOBINA SÉCULOS XVI - XVIII. Blog do NECC: 2017, disponível em: <https://imagensdossertoes.wordpress.com/2017/07/30/marcos-historicos-da-colonizacao-de-jacobina-seculos-xvi-xviii/> acessado em 10/08/2017

CPT – Comissão Pastoral da Terra. MINERAÇÃO NA REGIÃO DE JUAZEIRO: AVANÇOS, IMPACTOS E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES RURAIS. Diocese de Juazeiro – Bahia, 2009.

_____. MINERAÇÃO X COMUNIDADES CAMPONESAS: Diagnóstico dos impactos negativos da atividade minerária sobre as 37 comunidades camponesas pesquisadas pela CPT Bonfim / Piemonte da Diamantina/BA, Senhor do Bonfim/BA, 2012.

_____. DEPOIMENTO SOBRE A MINERAÇÃO E A FLORESTA NACIONAL DE CARAJÁS. Parauapebas. Entrevista concedida à Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. 18 de mar; 2013.

_____. CADERNO DE CONFLITOS NO CAMPO – Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015.

D'AREDE, Cláudia de Oliveira. O TEMPO DAS ÁGUAS E DOS VENTOS: significações do asbesto atribuídas às viúvas e ex-trabalhadores da mina de São Félix, em Bom Jesus da Serra, Bahia, Brasil. 2009. 179f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) - Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2009.

FERNANDA, A. CBPM APRESENTA MAPA DA MINA DO SUBSOLO BAIANO. A tarde, Salvador, 31 de maio de 2011. Caderno especial mineração na Bahia.

GUDYNAS, Eduardo. *Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo*. In CAAP & CLAES (Eds.), *Extractivismo, política y sociedad* (pp. 187-225). Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009.

_____. *Extrativismos: conceito, tendências e efeitos derrame*; In Seminário: Mineração na América Latina: neoextrativismo e lutas territoriais. FAFICH /UFMG, Belo Horizonte, agosto, 2015.

GESTA, Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais/UFMG. PARECER SOBRE O MINERODUTO MORRO DO PILAR/ MG A LINHARES/ ES. Belo Horizonte, 2014.

GEOGRAFAR – Grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos assentamentos rurais na Bahia POSGEO - CNPq/UFBA. Banco de Dados do Projeto Geografar, Mapeamentos dos Grupos Sociais da Bahia, 2005/2010.

GEOGRAFAR – Grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos assentamentos rurais na Bahia POSGEO - CNPq/UFBA. Banco de Dados da Mineração, 2015.

GALENAO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. 1971. 48ª edição RJ, Editora Paz e Terra, 2008.

GOTTMANN, Jean. THE EVOLUTION OF THE CONCEPT OF TERRITORY. *Social Science Information*, Paris, v.14, n. 3/4, p.29-47, 1975.

HARVEY, David. *O NOVO IMPERIALISMO*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

LEONARDOS, Othon. H. DIAMANTE E CARBONADO NA BAHIA. *Avulso DNPm/SFPM*, v.19, p.1-28, 1937.

MOREIRA, Ruy. *A GEOGRAFIA DO ESPAÇO-MUNDO: CONFLITOS E SUPERAÇÃO NO ESPAÇO DO CAPITAL*. 1ª ed – RJ: Consequência Editora, 2016.

MILANEZ, SCOTTO, *et all*. INJUSTIÇA AMBIENTAL, MINERAÇÃO E SIDERURGIA. In: PORTO, Marcelo F.; PACHECO, Tania; LEROY, Jean. P. *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos*, Cooperação Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz e pela Fase - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional Editora Fiocruz, 2013. p. 175-206.

MONIZ, Marcela de Abreu. AMIANTO, PERIGO E INVISIBILIDADE: percepção de riscos ambientais e à saúde de moradores do município de Bom Jesus da Serra/ Bahia. 2010. 199f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública e Meio Ambiente). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, RJ, 2010.

RADIS, Comunicação e Saúde. UMA FONTE DE DANOS AOS HABITANTES DE BOM JESUS DA SERRA. Revista, publicação de 30 out, 2012. Bruno Dominguez <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/conteudo/uma-fonte-de-danos-aos-habitantes-de-bom-jesus-da-serra>

SALES, Herberto. GARIMPOS NA BAHIA. Documentário da Vida Rural. Nº 8. Brasil, Rio de Janeiro. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, 1955.

SILVA, Renan Finamore Gomes da. RISCOS, SAÚDE E ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL: O CASO DA MINERAÇÃO DE URÂNIO EM CAETITÉ, BA. Tese (Doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, RJ, 2015.

SANTOS, Milton et al. (org). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. *Da Totalidade ao Lugar*, SP: EDUSP, 2005.

SPERLING, Bruno Guerra de Moura von. O MUNICÍPIO DE FERROS À ÓRBITA DA MEGAMINERAÇÃO: DISPUTAS LOCAIS E O MINERODUTO MANABI EM MEIO AS FLUTUAÇÕES DO MERCADO FINANCEIRO E A RIGIDEZ DO PLANEJAMENTO ESTATAL. Monografia. Instituto de Geociências, UFMG, 2016.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A "IDADE DE OURO" DE SALVADOR Revista TERRITÓRIO, RJ, 1(2), 1997. p. 63-74.

CHAVES, Mario Luiz de Sá C; BRANDÃO, Paulo Roberto Gomes. DIAMANTE VARIEDADE CARBONADO NA SERRA DO ESPINHAÇO (MG/BA) E SUA ENIGMÁTICA GÊNESE. Rev. Esc. Minas vol.57 no.1 Ouro Preto Jan./ Mar, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672004000100007 acessado em 09/09/2017.

PAC – Parceria África-Canadá. A FALÊNCIA DAS BOAS INTENÇÕES - FRAUDE, FURTO E ASSASSINATO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE DIAMANTES. Maio, 2006. Disponível em: http://www.pacweb.org/Documents/diamonds_KP/12_Failure_good_intentions_electr-Port.pdf acessado em 20/04/2017.